



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 143/2022

Uberlândia, 01 de agosto de 2022.

| PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS) | | | |
|--|--|---|---------------------|
| PROCESSO SLA: 2772/2022 | | Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI!: 50661107 | |
| SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento | | | |
| EMPREENDEDOR: MARNA MINERACAO LTDA | | CNPJ: 42.983.724/0001-42 | |
| EMPREENDIMENTO: MARNA MINERAÇÃO LTDA. - ANM 830.2732019 - Fazenda Ponte Grande | | CNPJ: 42.983.724/0001-42 | |
| MUNICÍPIO: Presidente Olegário | | ZONA: Rural | |
| COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: 18° 28' 20.352" S | | LONG/X: 46° 22' 48.504" O | |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional. | | | |
| CÓDIGO | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017) | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| A-02-07-0 | Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento | 2 | 0 |
| A-05-01-0 | Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco | 2 | 0 |
| A-05-04-6 | Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos | 2 | 0 |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO: | ART: |
| Luciano de Rezende Pereira | | CREA MG65103D MG | MG20221041494 |



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Dovigo Biziak, Servidor(a) Público(a)**, em 01/08/2022, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez,**



Diretor(a), em 01/08/2022, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50661385** e o código CRC **F09C54C7**.

Referência: Processo nº 1370.01.0035946/2022-16

SEI nº 50661385



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 50661107 (SEI!)

O empreendimento MARNA MINERAÇÃO LTDA. - ANM 830.2732019 - Fazenda Ponte Grande atua no ramo de Mineração, a exercer suas atividades no município de Presidente Olegário-MG. Em 19/07/2022, foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 2772/2022, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são a "Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento" (A-02-07-0), com uma produção bruta requerida de 50.000 t/ano, "Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco", com capacidade instalada de 50.000 t/ano, e "Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos" (A-05-04-6), com uma área útil de 0,75 hectares. A atividade compreende lavra para extração de rocha potássica – fertilizante natural e remineralizador de solos. O estágio atual da atividade é de projeto. Os parâmetros informados justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência de potencial poluidor médio e porte pequeno para as atividades, conforme a DN 217/17, sem a incidência de critério locacional, conforme análise pelo IDE.

Como foi informado que não haverá supressão de vegetação, não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento. Estando este localizado em zona rural, foram apresentados os seguintes registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3153400-2432.7644.9186.4A7C.A7C7.549C.2459.1D5F e MG-3153400-9632.CE4A.601B.49DB.98DE.E2C8.980B.38AD. O primeiro registro citado possui adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), já o segundo não, pois consta como fora do prazo. Esta análise é de responsabilidade do IEF, conforme Resolução Conjunta Semad/Ief Nº 3.132, 07 de abril de 2022.

A área total do empreendimento (ADA) é de 5,6 ha, sendo 2,5 ha de área de lavra e 0,75 ha de área de servidão (tratamento). Trabalharão no empreendimento 25 funcionários fixos, sendo 15 no setor de produção e 10 no setor administrativo. O método de lavra consistirá em lavra a céu aberto, em bancadas, com desmonte mecânico. A operação de lavra será executada por meio de frota convencional, utilizando escavadeira hidráulica, pá carregadeira, caminhões rodoviários basculantes e trator de esteiras, e posteriormente transportar por caminhões caçamba a rocha extraída para o pátio nas proximidades do beneficiamento (britagem, moagem e classificação) que irá cominuir as amostras por britagem e peneiramento até a granulometria desejada para comercialização. A disposição de estéril ocorrerá em pilhas (os Projetos e plantas que tratam da disposição de estéril e rejeitos em pilhas e barramentos deverão atender as Normas da ABNT NBR n.º 13028/17 e 13029/17 e as normas ambientais que se aplicam a disposição de rejeitos e resíduos). Existirá estrada de transporte de minério interna ao empreendimento. Os equipamentos de desmonte, carregamento, transporte e disposição são: 3 caminhões, 2 tratores de esteira, 1 escavadeira, 1 pá carregadeira e 1 gerador de energia. Os insumos utilizados serão: óleo diesel, gás GLP, magote, lubrificantes e filtros. Foi informado que o abastecimento e manutenção preventiva serão realizados com auxílio de veículos adaptados conhecidos como comboio ou melosa.

Quanto ao uso da água, para fins de consumo humano e controle de poeiras, será proveniente de captação de 2,5 m³/h de águas subterrâneas, durante 04:00 hora(s)/dia, totalizando 10,0 m³/dia, por meio de captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna), no ponto de coordenadas geográficas de latitude 18° 28' 24,5"S e de longitude 46° 22' 10,25"O.

Continua



Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada RAS n° 50661107 (SEI!)

Tal captação está devidamente certificada pelo IGAM por meio da Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico, que segue: 343037/2022. O empreendimento deve manter válida a certidão e/ou certificado de outorga durante a vigência da licença, já que a validade do documento difere da validade da licença ambiental.

Como principais aspectos ambientais inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, os quais podem gerar impactos, têm-se a geração de processos erosivos, efluentes líquidos e atmosféricos, e resíduos sólidos. Quanto às medidas mitigadoras, para os efluentes líquidos, os de natureza sanitária serão acumulados em banheiros químicos e posteriormente direcionados para biodigestor/filtro anaeróbio, com lançamento em TVAP tanque de evapotranspiração por zona de raízes. Foi apresentado projeto de dimensionamento do sistema. O empreendedor deverá monitorar, conservar e realizar a manutenção da mesma conforme manual do fabricante ou orientações do projetista, sendo que os resíduos sólidos gerados por este equipamento deverão ser destinados corretamente.

As águas pluviais serão direcionadas para bolsões de contenção, por meio de curvas de nível e canaletas, onde os sólidos finos decantam e parte da água infiltra no solo, devendo o empreendedor monitorar e dar manutenção no sistema de drenagem.

O abastecimento ocasional de combustível e lubrificante nas máquinas, e manutenção preventiva, devem ocorrer em local com piso impermeabilizado e/ou com equipamento de contenção. O tanque de abastecimento do gerador deve estar locado em local com bacia de contenção.

Em relação aos resíduos sólidos, o resíduo doméstico deverá ser acondicionado em tambores e destinado a aterro sanitário/aterro classe II; As sucatas e materiais recicláveis deverão ser acondicionados em tambores para posterior destinação a empresas de reciclagem. Os resíduos perigosos deverão ser armazenados de forma a evitar a contaminação do solo e serem encaminhados para empresas licenciadas ou revendedores. O empreendedor deverá manter controle e monitoramento sobre a produção, acondicionamento e destinação dos resíduos citados, visando sempre à diminuição da geração dos mesmos.

Quanto às emissões atmosféricas, os principais focos de emissão de poeira durante o funcionamento da mina estão associados ao desmonte e escavação da jazida, carregamento e transporte de minério e de estéril em estradas de terra. A produção de poeira gerada nas operações de extração envolvendo carregamento, descarregamento, transporte e circulação de veículos, a qual tem seu período mais crítico durante a estação seca, pode ser minimizada através da aspersão de água. A quantidade de aspersões a serem realizadas durante um dia dependerão das atividades desenvolvidas. Vale destacar que deve ser realizada a manutenção periódica nos veículos, máquinas e gerador a fim de manter o bom funcionamento dos sistemas de controle já instalados nos mesmos, além de monitoramento da emissão de fumaça preta.

Quanto ao impacto na fauna, o empreendedor deverá desenvolver um programa de conscientização ambiental com os funcionários, além instalar placas de advertência quanto à presença de animais, à redução de velocidade nas vias internas e a proibição de caça e pesca.

Continua



Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada RAS nº 50661107 (SEI!)

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados posteriormente aos autos do processo. Não foi realizada vistoria no local, sendo o empreendedor e seu(s) consultor(es) único(s) responsável(eis) pelas informações apresentadas e reproduzidas neste parecer. Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “MARNA MINERAÇÃO LTDA. - ANM 830.2732019 - Fazenda Ponte Grande”, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

“Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017”.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MARNA MINERAÇÃO LTDA. - ANM 830.2732019 - Fazenda Ponte Grande”.

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|---|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. <i>Obs.: Ressalta-se que, após as instalações necessárias ao funcionamento das atividades, fica o empreendedor na obrigatoriedade de cumprir com todas as condicionantes elencadas neste parecer.</i> | A contar da comprovação da instalação das estruturas e início da operação das atividades |
| 02 | Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a instalação dos sistemas de controle ambiental no empreendimento, relacionados à geração de efluentes líquidos e atmosféricos, resíduos sólidos, combustíveis, lubrificantes, drenagem pluvial, bacias de contenção, dentre outros. | Até 06 (seis) anos a contar da data de concessão da licença ou antes do início da operação das atividades |
| 03 | Apresentar relatório técnico e fotográfico demonstrando e atestando a implantação e monitoramento das medidas de preservação e conservação na propriedade, quanto a remanescentes florestais e APP (manutenção de aceiros), conservação do solo, drenagem pluvial e conservação das vias de circulação (curvas de nível, canaletas e bacias de contenção). | Anualmente <i>A partir do início da operação</i> |
| 04 | Apresentar Relatório Anual de Lavra (RAL), a fim de se averiguar se os dados de produção estão de acordo com o declarado para enquadramento do processo de licenciamento. | Anualmente <i>A partir do início da operação</i> |

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

Obs.: 1 Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante, sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A);

Obs.: 2 A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.



Obs.: 3 Os laboratórios impreterivelmente devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Obs.: 4 As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a alterá-las ou sucedê-las.

Obs.: 5 Comunicar previamente à SUPRAM TM, perspectivas de diversificação, modificação ou ampliação do empreendimento, a fim de ser avaliada a necessidade da adoção de procedimentos específicos.

Obs.: 6 Relatar à SUPRAM TM, todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem ou possam causar impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação, ressalvados os casos em que a comunicação deva ser direcionada ao Núcleo de Emergências Ambientais – NEA, nos termos do artigo 126 do Decreto Estadual 47.383/2018.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "MARNA MINERAÇÃO LTDA. - ANM 830.2732019 - Fazenda Ponte Grande"

1. RESÍDUOS SÓLIDOS E REJEITOS

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Relatórios: Apresentar **SEMENTRALMENTE** à SUPRAM TM, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. EFLUENTES ATMOSFÉRICOS

| Local de amostragem | Tipo de combustível | Potência nominal (MW) | Parâmetros | Frequência |
|--|---------------------|-----------------------|--------------|------------|
| Veículos movidos a óleo diesel e gerador | - | - | Fumaça Preta | Anual |

Relatórios: Apresentar **ANUALMENTE, até o último dia do mês subsequente ao do aniversário da licença ambiental em tela**, à SUPRAM TM, os relatórios conclusivos dos resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem, se for o caso. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades e padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 187/2013 e nas Resoluções CONAMA nº 382/2006 e nº 436/2011 e Portaria IBAMA 85/1996, quando pertinente;

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.



IMPORTANTE

- A execução do Programa de Automonitoramento deverá observar os artigos 3º e 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 165, de 11 de Abril de 2011;
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017 ou outra que a vier substituir;
- As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a alterá-las ou sucedê-las.
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM, face ao desempenho apresentado;
- Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica;
- Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental;
- Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado;
- Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.